

COMISSÃO “TRILHOS E NATUREZA” REGULAMENTO GERAL

As comissões consultivas desempenham uma função de apoio e aconselhamento da direção da União Velocipédica Portuguesa – Federação Portuguesa de Ciclismo (UVP-FPC).

A composição, estrutura e atribuições das comissões consultivas são definidas pela direção da UVP-FPC, que nomeia os respetivos membros.

O presente regulamento aplica-se à Comissão “Trilhos e Natureza”, constituída por decisão da UVP-FPC, reunida a 19 de abril de 2017.

A atividade da comissão “Trilhos e Natureza” enquadra-se no Programa Nacional de Ciclismo para Todos (PNCpT), nomeadamente no seu Objetivo Estratégico “Tornar mais fácil e segura a prática do Ciclismo para Todos” e no seu Objetivo Operacional “Estruturar e promover redes de apoio à prática da modalidade”, concretizados através das medidas-ações “estruturar, promover e homologar a rede nacional de centros de BTT, em articulação com autarquias e agentes desportivos, culturais e turísticos” e “formar e certificar técnicos de apoio, acompanhamento e dinamização dos núcleos/centros”.

Artigo 1.º (Natureza)

A comissão “Trilhos e Natureza” tem natureza consultiva, contribuindo para o cumprimento da missão e finalidade do PNCpT, em conformidade com os Estatutos da UVP-FPC, Regulamento Geral - Ciclismo para Todos e Regulamento Geral - Centros de BTT.

Artigo 2.º (Composição)

1. Integram a comissão consultiva, cinco personalidades de reconhecido mérito e idoneidade, com experiência na área do BTT e qualificações nos domínios que constituem o objeto da mesma, designados pela direção da UVP-FPC, até ao término do respetivo mandato.
2. Os membros da comissão elegem, de entre si, o respetivo Presidente, por maioria de votos.
3. Os membros deverão estar filiados na FPC enquanto agentes da modalidade.

Artigo 3.º (Competências)

Sem prejuízo das atribuições próprias dos órgãos sociais da UVP-FPC, são competências consultivas genéricas da comissão “Trilhos e Natureza”, nomeadamente:

Comissão “Trilhos e Natureza” – Regulamento Geral (aprov. 30.5.2017) - 1 de 2

- a) Apoiar a direção da UVP-FPC no cumprimento da Visão e Objetivos do PNCpT;
- b) Apoiar a direção da UVP-FPC na definição e implementação de estratégias e ações de capacitação de agentes desportivos, no reforço do envolvimento institucional da UVP-FPC e no incremento da qualidade de percursos de BTT (lazer e competição)
- c) Emitir propostas, pareceres e recomendações sobre matérias relevantes nas áreas da sustentabilidade dos recursos naturais/ambiente, turismo/lazer e desporto;
- d) Aconselhar a direção da UVP-FPC em questões nos domínios de intervenção específicos do objeto da comissão.

Artigo 4.º (Funcionamento)

- 1. A comissão consultiva funciona em plenário.
- 2. Ao plenário é reservada a competência para emitir propostas e pareceres, sem carácter vinculativo.
- 3. As reuniões das comissões são convocadas pelo seu Presidente e as suas decisões são tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, tendo voto de qualidade o membro que estiver a presidir à reunião, em caso de empate de votos.

Artigo 5.º (Periodicidade das reuniões)

- 1. As comissões consultivas eventuais reúnem em sessão ordinária, com periodicidade bianual.
- 2. As comissões podem reunir em sessão extraordinária, por solicitação da direção da UVP-FPC.

Artigo 6.º (Participação e assistência)

- 1. Sempre que for entendido conveniente, podem participar e assistir às reuniões da comissão outras personalidades ou entidades convidadas pelo Presidente, sem direito de voto.
- 2. A direção da UVP-FPC reserva-se o direito de assistir às reuniões da comissão.

Artigo 7.º (Casos omissos)

As dúvidas e os casos omissos são resolvidos por deliberação da direção da UVP-FPC.

Artigo 8º. (Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor após a sua aprovação pela direção da UVP-FPC, nos termos das disposições dos Estatutos aplicáveis às comissões consultivas.

Comissão "Trilhos e Natureza" – Regulamento Geral (aprov. 30.5.2017) - 2 de 2